S. João da Madeira
Câmara Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA MADEIRA

ATA Nº 20/2016 - SETEMBRO

--- **DATA DA REUNIÃO**: Seis de setembro de dois mil e dezasseis. ----------

--- **LOCAL DA REUNIÃO**: Sala das Reuniões, sita no primeiro piso do edifício da Câmara Municipal. ----------

--- **PRESIDIU**: Senhor Presidente da Câmara Municipal. ----------

--- **PRESIDENTE**: Ricardo Nicolau Soares Terra Oliveira Figueiredo, presente. ----

--- **VEREADOR**: Ricardo da Silva Pinto, presente. ----------

--- **VEREADOR**: Luís Miguel Pereira de Oliveira, presente. ----------

--- **VEREADOR**: Manuel da Silva Oliveira, presente. ----------

--- **VEREADOR**: Dilma Cardoso da Costa Nantes, ausente. ----------

--- **VEREADOR**: Sandra Cristina da Silva Oliveira (em substituição da senhora Vereadora Teresa Maria Melo Tavares Correia), presente. ----------

--- **VEREADOR**: Paulo César Lima Cavaleiro, presente. ----------

--- **HORA DE INÍCIO DA REUNIÃO**: Catorze horas e trinta minutos. ----------

--- **SECRETARIOU**: Maria Madalena Soares de Pinho. ----------

CÂMARA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA MADEIRA
REUNIÃO DE 15-11-2016
A Câmara deliberou: por unanimidade, aprovar.
Não participou na votação a Sr.ª Vereadora Teresa Correia por não ter estado presente nesta reunião.

A CÂMARA,

S. João da Madeira
Câmara Municipal

PONTO 1 – PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- O senhor Presidente declarou aberta a reunião e solicitou aos munícipes que se encontravam presentes nesta reunião pública que apresentassem as suas intervenções se assim o desejassem. ----------

--- O senhor Manuel Pinho lembrou, mais uma vez, para se proceder ao corte do silvado junto ao hotel. Deu os parabéns à empresa responsável pela limpeza na cidade de S. João da Madeira. Comunicou também que os proprietários dos táxis pedem para serem podadas as árvores que existem na avenida Dr. Renato Araújo, uma vez que criam problemas às pessoas que transitam neste local. Em agosto foi visitar as piscinas em S. João da Madeira e ficou encantado pela organização. Pediu que fossem tapados os buracos nas estradas em S. João da Madeira. Informou ainda que os passeios na zona industrial estão em mau estado e que era urgente mandar reparar. Pediu também que fosse mandado pintar as paredes dos cemitérios números um e dois porque estão com mau aspeto, bem como mandar pintar as passadeiras nas estradas, uma vez que algumas já não se veem e são um perigo para os peões. Alertou para a necessidade de serem pintadas as paredes do prédio da PSP. Deu ainda os parabéns pelo bom trabalho feito no Campo de Treinos, com a colocação de relvado novo. Felicitou o senhor Presidente pelo bom trabalho que tem feito em S. João da Madeira. Fez votos para que a freguesia de Milheirós de Poiares seja integrada no concelho de S. João da Madeira. ----------

--- A senhora Maria Clara Carvalho pediu ao senhor Presidente que apoie publicamente a petição pública, de que é uma das autoras, dirigida à Assembleia da República, no sentido de serem encontradas soluções, pelo Ministério do Ambiente e pelo Ministério da Saúde, que visem atenuar ou resolver a questão do

"cheiro do casqueira". Pediu igualmente ao senhor Presidente que o mesmo esteja à frente deste movimento para resolver este assunto. Entregou o texto da petição ao senhor Presidente, sob o título "Cheiro a Casqueira Não", e pediu-lhe que assinasse a mesma. ----------

De seguida, e a pedido do senhor Presidente da Câmara, leu o texto da referida petição, com o seguinte teor: ----------

- "Cheiro a Casqueira Não ----------

- Para: Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Ministro da Saúde, Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Agência Portuguesa do Ambiente, CCDR-Norte, Presidente da Câmara Municipal de S. João da Madeira, Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. -----

Considerando que, ----------

- Todo o cidadão tem direito a um ambiente humano e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender, incumbindo ao Estado, por meio de organismos próprios, promover a melhoria da qualidade de vida, quer individual, quer coletiva. A promoção de ações de investigação quanto aos fatores naturais e ao estudo do impacto das ações humanas sobre o ambiente, visando impedir no futuro ou minimizar e corrigir no presente as disfunções existentes e orientar as ações a empreender segundo normas que garantam a efetiva criação de um novo quadro de vida, compatível com a perenidade dos sistemas naturais; ----------

(v. Nº 1 do artigo 2º e 4º, da Lei de Bases do Ambiente); ----------

- São recorrentes e antigas as queixas da população sanjoanense sobre o cheiro nauseabundo de gorduras animais, vulgarmente conhecido como Cheiro a Casqueira, provenientes de duas fábricas de transformação de subprodutos animais. Embora situadas na Freguesia de Arrifana, Concelho de Santa Maria da

Feira, perante certas condições atmosféricas nomeadamente a predominância dos ventos vindos do Atlântico e de Norte faz com que seja São João da Madeira que mais sente o efeito nocivo desta atividade industrial, arrastando estes cheiros até São Roque, município de Oliveira de Azeméis e para norte até Arrifana, Fornos, Mosteirô e Escapães no município da Feira; ----------

- Existe indignação generalizada da população sanjoanense e vizinha, pelas implicações das emissões das fábricas na saúde pública e na sua qualidade de vida, geradora de alarme social; ----------

- O mau cheiro das emissões, pouco civilizadas, daquelas fábricas, constituem-se como foco decisivo de degradação do ambiente, da saúde pública de uma cidade que, legitimamente, tem a ambição e o dever de cuidar e promover o ambiente, a saúde e a qualidade de vida dos seus habitantes; ----------

Em face do exposto, os cidadãos abaixo identificados não se conformam com as respostas que se tem vindo a obter desde a década de 70 do Poder local e por tal promovemos a presente petição de modo a serem encontradas soluções definitivas para os odores deste tipo de emissões e as suas implicações na qualidade ambiental, de vida e da saúde pública, da cidade e de todos os sanjoanenses." ----------

- Acrescentou que esta petição não surge por acaso neste momento. Considera que o senhor Presidente fez mesmo um repto à sociedade civil para se unir em torno desta causa e já não é a primeira vez que o diz. Mas também tem um sentido de oportunidade porque tem conhecimento que há quinze dias houve um despacho em que foram suspensos os serviços desta empresa na recolha de cadáveres e que o governo, neste momento, está a ponderar fazer ajuste direto com a empresa. Tem conhecimento que o último concurso público levado a efeito

ficou vazio, o que levou a que o Estado Português tivesse que contratar por ajuste direto os serviços desta empresa. Por isso, numa altura em que o Governo Português está com a atenção virada para este caso, em que está a encontrar soluções, acha que esta petição, acima tudo, vem alertar que qualquer decisão do Governo pode vir a afetar a cidade de S. João da Madeira. Por isso, gostaria de saber se podia contar com o senhor Presidente. ----------

--- O senhor Victor Ferreira usou da palavra seguidamente, dizendo que pretendia marcar, se possível, uma reunião com os serviços de ação social da Câmara no sentido de encontrar uma solução para a situação em que se encontra, já que o concurso para criação de um posto de trabalho no Centro de Leitura Especial vai demorar imenso tempo. ----------

--- O senhor Presidente, relativamente às questões suscitadas pelos munícipes, e referindo-se primeiramente à intervenção do senhor Victor Ferreira, informou que seria marcada uma reunião com a senhora Vereadora Dilma Nantes, que se ocupa da área de ação social, juntamente com a chefe de divisão. ----------

Em relação ao concurso para selecionar um recurso humano para garantir os serviços do Centro de Leitura Especial, fazia parte do júri um técnico dos Recursos Humanos da Câmara Municipal, um técnico nomeado pela ACAPO e a terceira entidade que foi convidada para integrar o júri era a Escola Rodrigues de Freitas. Após a constituição do júri, o assunto viria novamente à reunião para abertura do concurso. Era certo que o procedimento iria demorar algum tempo, mas que provavelmente num par de meses dever-se-ia ter este processo ultrapassado. ----------

--- Em relação à questão da qualidade do ar, disse: Esta manhã fui fazer a abertura das "Jornadas de Educação" em S. João da Madeira, na Torre da Oliva.

S. João da Madeira
Câmara Municipal

Recordo-me bem que há dois anos, quando estava a fazer a abertura das "5ªs Jornadas de Educação", nos Paços da Cultura, o cheiro a "casqueira" era particularmente notório, o ar estava irrespirável, tolhia a respiração, em particular até no auditório dos Paços da Cultura. Passados dois anos, no dia de hoje, fui fazer, com a senhora Vereadora Dilma Nantes, a abertura das "7ªs Jornadas de Educação", desta vez não nos Paços da Cultura, mas na Torre da Oliva, e cheirava mais uma vez a "casqueira". Portanto, em dois anos não houve uma evolução positiva da parte desta empresa, que é a empresa "Luís Leal & Filhos, SA". Esta empresa permanece parada no tempo, há vinte anos que nos queixamos desta situação e a situação permanece na mesma. É certo que os Governos se têm manifestado preocupados com esta situação, é certo que este Governo, em particular, está particularmente sensível a esta questão, nomeadamente o senhor Ministro do Ambiente, é certo que tenho feito alguns contactos informais com ele, mas a situação, como se pode comprovar ainda esta manhã, continua na mesma. Queria deixar aqui duas frases, uma é que "o interesse de uns poucos não se pode sobrepor ao interesse de todos os demais". Todos nós somos sensíveis em relação àquela empresa e a quem lá trabalha, Mas eu repito: "o interesse de uns poucos não se pode sobrepor ao interesse de todos os demais". A segunda coisa que eu queria dizer é que, em relação a esta matéria, os sanjoanenses são unânimes, não há um sanjoanense que não ache que este cheiro é prejudicial. Nem mesmo os sanjoanenses que trabalham nesta empresa. É dever de todos os cidadãos, independentemente de serem de S. João da Madeira ou não, assinar esta petição. Eu assinarei com naturalidade essa petição. ----------

- Queria também informar que esta manhã fiz um pedido formal, por escrito, ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, solicitando que agende um ponto para a próxima Assembleia Municipal sob o título "Qualidade do ar em S. João da Madeira". Acho que vai ser uma oportunidade, se a Assembleia assim o entender, deste tema ser decidido já na próxima Assembleia Municipal que terá lugar durante o mês de setembro. ----------

- Tendo dito isso, se calhar podemos fazer aqui já a assinatura do abaixo assinado neste momento e convidava os demais presentes, se acharem por bem, também assinar. ----------

---

PONTO 2 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

--- Interveio, em primeiro lugar, o senhor Vereador Manuel Oliveira, dizendo: Estamos no arranque do ano escolar e é verdade que as famílias que têm filhos nos 3º e 4º anos de escolaridade, contrariamente àquilo que foi habitual nos últimos dois anos, este ano vão ter que suportar o encargo financeiro com a aquisição de manuais escolares. Porquê? Porque, em contra ciclo, a Câmara Municipal de S. João da Madeira a que o senhor Presidente preside - e esta responsabilidade é só vossa, não é da Câmara, é dos quatro elementos do PSD que fazem parte do executivo - entenderam que as famílias não tinham necessidade de ter esse apoio e decidiram cortar esse apoio que havia desde há dois anos a esta parte, que abrangia todas as famílias sanjoanenses. Os encarregados de educação e famílias dos alunos dos 3º e 4º anos de escolaridade este ano vão ter que chamar a si esta responsabilidade e, portanto, vão ter um esforço financeiro que já não era habitual nos últimos dois anos. Eu disse em contra ciclo porque há outros municípios, curiosamente até dirigidos

S. João da Madeira

pelo partido que o senhor Presidente concorreu, que é o PSD - e eu refiro-me só a dois da nossa área, Oliveira de Azeméis e Espinho - que entenderam, e bem, que era uma responsabilidade da autarquia chamar a si esta responsabilidade. E vocês, em contra ciclo, entenderam o contrário. E não venha dizer que não há meios financeiros, porque essa sustentação não colherá. Porquê? Porque vocês também, em termos de propaganda, fizeram uma intervenção ao nível do parque aquático e fizeram-no dizendo que era para cumprir uma promessa eleitoral que custava cem mil euros e, vai-se lá saber porquê - o senhor ainda não explicou e vai ter que explicar, não só à oposição mas a todos os sanjoanenses -, o dito parque aquático não custou cem mil euros, como era apregoado, mas quase duzentos mil, como já foi aqui demonstrado na última reunião. E, portanto, eu desafio o senhor Presidente a rever a posição, a voltar atrás e decidir que este ano também vamos fazer esse esforço financeiro, que todos estávamos disponíveis para o fazer, de oferecer os manuais escolares a todos os alunos que estejam matriculados no 3º e 4º ano de escolaridade. Este é um desafio que faço ao senhor Presidente, dado que estamos a iniciar, como disse, o ano letivo e era de bom tom que esta alteração se fizesse. Desafio o senhor Presidente a fazer isso. ----------

- Outra questão que gostava de colocar também – não tem a importância desta natureza mas tem outras implicações - tem a ver com uma questão que para mim é muito cara, que é a qualidade dos arruamentos e a qualidade dos passeios. O senhor prometeu, na reunião de dez de maio, enviar aos vereadores do PS o plano de intervenção para a requalificação dos arruamentos e passeios da cidade. Passados estes meses todos continuamos a aguardar esse plano! E a propósito disto, eu gostava de dizer mais alguma coisa, dizer que, para além desta falha,

S. João da Madeira

que é uma falha notória – deixe-me dizer-lhe a que estamos habituados porque ao longo destes anos em que o senhor é Presidente, a falha na resposta às solicitações que a oposição tem feito, aos requerimentos que nós temos feito, é notória, eu diria que mais de noventa por cento dos requerimentos e das solicitações que nós fizemos não obtiveram resposta! Não sei porquê, é o respeito que vocês têm pela oposição e é o respeito que têm pelos sanjoanenses! Mas a propósito desta questão da requalificação dos arruamentos e passeios, o que está a acontecer, por força das questões contratuais que existem com a concessão à EDP da distribuição de energia elétrica, aos arruamentos e passeios nas zonas em que a rede de distribuição da energia elétrica em baixa tensão, está a ser enterrada, nomeadamente na Rua D. Afonso Henriques, no setor junto à escola das Fontainhas, mais conhecido por Bairro das Quintelas, e também no quarteirão entre a Rua de Arrifana e Rua do Bocage, com ruas e passeios esventrados há longo tempo, com todos os prejuízos daí decorrentes para moradores e transeuntes----------

Toda esta zona que tinha rede de distribuição aérea está a ser requalificada no sentido de enterrar a rede de distribuição. Até aqui, nada a dizer, antes pelo contrário, há que porventura manifestar o nosso regozijo por isto. Nesta intervenção de requalificação necessariamente os arruamentos são cortados para fazer os atravessamentos para a distribuição e para colocar uma ou outra canalização que porventura não esteja enterrada. O que não está correto - e aqui a Câmara tem um papel absolutamente vital de fiscalização e de intervenção - é que as empresas que andam a fazer a requalificação cortam mas repor o pavimento é quando lhes dá jeito! O que está a acontecer, para além do incómodo que causa aos automobilistas e os estragos que pode causar aos

veículos, é o incómodo para os residentes com o pó que é levantado exatamente com o trânsito que passa nestes locais. A minha chamada de atenção é para a necessidade de a Câmara ter uma ação interventiva, absolutamente necessária nestas requalificações de modo a que a reposição dos arruamentos e dos passeios seja feita em tempo útil. Não pode acontecer é que se passa hoje, o corte do arruamento é feito e só passados três ou quatro meses é que a reposição se faz! Isto é que não pode acontecer. É da responsabilidade do executivo a vigilância, o acompanhamento e a fiscalização. ----------

--- O senhor Vereador Ricardo da Silva Pinto interveio seguidamente, dizendo: Os Vereadores do Partido Socialista consideram adequado e oportuno expressarmos aqui um voto de congratulações pela decisão tomada pelo Governo Socialista em funções de reposição do serviço de urgência do nosso hospital. Esta é uma luta, como todos sabemos, que já se iniciou há bastante tempo, por iniciativa, precisamente, do Partido Socialista, em particular pelo anterior líder da concelhia, Luís Miguel Ferreira, a que se seguiu a criação do Movimento Cívico em Defesa do Hospital que tive o grato prazer de encabeçar, e veem agora recompensado todo o seu esforço com a reabertura do Serviço de Urgência depois de ter sido decidido pelo mesmo Governo manter o hospital integrado no Serviço Nacional de Saúde sob administração integralmente pública, ou seja, sob gestão do Estado. Indo assim ao encontro de todas as nossas reivindicações. O resultado final deste processo constitui, de facto, um marco histórico sem paralelo na vida da cidade e que muito deve orgulhar a bravura de todos os sanjoanenses e também de todos os utentes que participaram ativamente nesta luta. Se me permitem, por tudo isto que acabei de referir, não podemos deixar de realçar o contributo decisivo e o papel determinante desempenhado neste combate pelo anterior líder da concelhia

S. João da Madeira
Câmara Municipal

do Partido Socialista, pela anterior direção, que já aqui referi, bem como pela atual comissão política e secretariado, e todos os seus militantes e simpatizantes que também participaram nesta causa. Alargo este voto, como é evidente, e realço também naturalmente o papel do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, o sanjoanense Pedro Nuno Santos, que teve aqui uma participação também ela determinante - foi de um esforço também ele inexcedível -, bem como pelo deputado socialista eleito pelo círculo de Aveiro, Filipe Neto Brandão, que foi, inclusive, o relator da petição, emitindo um parecer favorável às medidas que estavam plasmadas na petição em defesa do hospital, e de todos os membros do movimento cívico que me acompanharam – são eles Maria de Fátima Silva, Joaquim Leal, Joaquim Teixeira e Francisco Silva – e, evidentemente, aos nove mil duzentos e sessenta e cinco cidadãos que assinaram a petição. Sem eles e sem a sua preciosa colaboração nada disto teria sido possível. ----------

Para terminar, há apenas a lamentar – e volto a sublinhar tal e qual já o fiz em anteriores reuniões de Câmara – a postura assumida pelo PSD local, nomeadamente pelo líder da concelhia e pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, que desde a primeira hora fizeram tudo para patrocinar a assinatura do certificado de óbito do hospital desta cidade, que, como todos se apercebem neste momento, está bem vivo e goza de boa saúde, ao contrário daquilo que era dito pelos senhores autarcas do PSD. Tanto o presidente da concelhia do PSD local, como o presidente da Câmara Municipal ficarão certamente na história desta cidade como os coveiros mal sucedidos do hospital de S. João da Madeira. A verdade é que esse rótulo já ninguém vos tira. E utilizando aqui uma expressão muito peculiar do senhor presidente da Câmara: nem Deus, rezem o que rezarem.

S. João da Madeira
Câmara Municipal

— A senhora Vereadora Sandra Oliveira propôs, em nome do Partido Socialista, a aprovação de um voto de saudação e louvor a todos os bombeiros, em particular aos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de S. João da Madeira, pelo seu esforço e abnegação com que se dedicaram ao trabalho de combate aos incêndios florestais. – A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar. ----------

--- O senhor Vereador Ricardo da Silva Pinto, novamente no uso da palavra, referiu ainda que pretendia ver tratadas duas situações: A primeira tem que ver com uma coletividade da cidade designada "Os Kágados". Nós tomámos conhecimento de que as instalações concedidas a esta associação foram vandalizadas durante as férias. Há lá uma série de danos, inclusive foram alvo de assalto. Como é propriedade da autarquia, nós gostaríamos de saber se têm conhecimento do sucedido e, se sim, quais as medidas que pensam tomar. --------

- A segunda questão, e última, diz respeito às piscinas interiores. Reabriram apenas no dia cinco de setembro, quando deveria ter acontecido no início do mês, e recordo que os utentes das piscinas que pagam a sua mensalidade, nomeadamente os que utilizam a escola de natação, tiveram que pagar essa mensalidade por inteiro, mas estiveram privados de utilizar as piscinas durante alguns dias e houve aulas que estavam agendadas ainda antes do dia cinco que não foram realizadas precisamente porque a piscina não abriu. Nós entendemos que deve ser aqui aplicada uma de duas soluções: ou repõem a aula que estava agendada e não foi realizada, se assim for possível, ou reduzem o preço da mensalidade. Não pode ser de forma diferente. Chamo a atenção da autarquia para este assunto, pois tem merecido a reprovação da maioria dos utentes do complexo. ----------

S. João da Madeira

--- O senhor Presidente, no uso da palavra, disse: Gostaria de me referir ao hospital na sequência daquilo que foi aqui apresentado pelo senhor Vereador Ricardo Silva. Antes de mais e desde logo para subscrever aquilo que foi dito pelo senhor Vereador até ao ponto em que o senhor Vereador fala do PSD. Não posso subscrever plenamente. O senhor Vereador aludiu aí a uma expressão minha, que nem Deus pode negar o passado. E realmente nem Deus pode negar o passado. E eu gostava de me referir a esse passado, não o faria se este assunto não tivesse sido aqui suscitado, porque eu acho, antes de mais, que o assunto do hospital é um assunto sobre o qual nós nos devemos concentrar sobre o presente e sobre o futuro e não tanto no passado. Eu considero que no passado a população de S. João da Madeira e as forças políticas de S. João da Madeira estiveram todas muito bem na defesa do nosso hospital. Não é bem, é muito bem, todas elas, de diversas formas, mas todos os intervenientes quiseram o mesmo para a cidade e para os cidadãos. Agora, acho que esta página foi virada e acho que temos de nos focar em que realmente esta Portaria seja cumprida e que realmente abra efetivamente uma Urgência Básica, porque ainda não temos, neste momento, uma Urgência Básica, temos uma Portaria, que foi um passo importantíssimo. Agora é preciso que ela efetivamente abra até ao final do ano. Da mesma forma temos um plano de revitalização do hospital que foi elaborado por esta Administração do Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga, a pedido, aliás, do senhor Secretário de Estado Fernando Araújo, e que foi tornado público em janeiro deste ano e em relação ao qual ainda não se viu nada lá implementado. No entanto, eu tenho garantias do senhor Secretário de Estado e do Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Entre Douro e Vouga que, muito embora eles próprios, considerando e admitindo que há

algum atraso na implementação, que todos nós compreendemos que é uma situação complexa e podemos até ter alguma condescendência relativamente ao prazo, mas, digo eu, a Administração do Hospital, considerando e admitindo que há algum atraso na implementação, manifestaram-se com o máximo empenho em que essa implementação seja feita e se acelere essa implementação daqui até ao fim do ano. Tendo-me inclusivamente dito que está a tomar algumas medidas administrativas, alguns processos administrativos para admitir os recursos humanos adequados para que aquele plano estratégico seja implementado e que se criem três especialidades cirúrgicas novas naquele hospital. Como sabemos, a especialidade da dor foi transferida para Oliveira de Azeméis porque é lá que está a unidade de cuidados continuados. Quiseram juntar a consulta da dor aos cuidados continuados. Tecnicamente é aquilo que, segundo dizem, é mais recomendado. Portanto, tiraram-nos daqui a consulta da dor, mas agora vão acrescentar três especialidades cirúrgicas. Mais, na cirurgia de ambulatório, querem alargar o horário da cirurgia e como a cirurgia se prolonga até ao fim da tarde vai haver pernoita, o que aumenta a atividade do nosso hospital. Mais cirurgia de ambulatório, pernoita de alguns desses pacientes sujeitos a cirurgia e uma Urgência Básica a funcionar vinte e quatro horas por dia. Tudo isto são muito boas notícias. Associado também a um reforço de meios complementares de diagnóstico e terapêutica, vamos ter mais imagiologia (estou a falar de ressonâncias magnéticas, eco e raio X, etc.). Também uma medida muito interessante, que é: os utentes do Centro de Saúde a quem sejam prescritas análises poderem fazer essas análises clínicas no hospital e a criação de uma Unidade Local de Saúde que vai integrar o Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, S. João da Madeira, Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis, com os

respetivos Centros de Saúde, com o hospital de Ovar e Centros de Saúde de Ovar. Vai haver aqui uma integração na nossa região. Isto é uma boa notícia também porque permite uma maior integração. Um exemplo concreto: o sistema informático vai comunicar, o doente pode ir ao hospital e o hospital pode ter a ficha daquele doente da forma como ele é assistido no respetivo Centro do Saúde. Com tudo isto e quanto isto estiver concretizado... Devo dizer que não está, no terreno isso ainda não é visível. Nós tínhamos aqui oftalmologia, encerraram a oftalmologia, a administração do hospital voltou a contratar o mesmo oftalmologista, no entanto, a notícia que tenho é que ele se encontra a trabalhar em Santa Maria da Feira e não em S. João da Madeira. Trabalhava em S. João da Madeira, deixou de trabalhar, suspenderam a marcação de consultas, readmitiram o dito oftalmologista e afinal ele está em Santa Maria da Feira em vez de estar em S. João da Madeira. Temos todos que estar muito atentos a isto. Recapitulando um bocadinho aquilo que foi o passado recente, eu gostava de enfatizar que houve uma proposta da CDU à Assembleia Municipal, proposta essa em prol do nosso hospital, na defesa do hospital, na defesa de que o hospital voltasse a ser aquilo que já foi, com uma Urgência, com as especialidades, com o internamento, etc., e naturalmente continuando no Serviço Nacional de Saúde. Isso nunca esteve em equação que deixasse de estar. Essa proposta da CDU foi aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal. O PSD fez uma declaração de voto em que pugnava, e passo a citar: "pelo seu funcionamento integrado no Serviço Nacional de Saúde e pela reposição imediata da urgência integrada na rede de referenciação hospital, pontos que correspondem a anseios de toda a classe política local e de todos os sanjoanenses, onde não há margem para hesitações, dissidências ou divisões.

Sem prejuízo de tal, reafirmamos a posição que o PSD consignou tempestivamente na Comissão da Assembleia Municipal de Defesa do Hospital, expressa no respetivo relatório, onde assumimos a nossa preferência que a gestão do hospital seja feita pelo Estado. Sendo que, no entanto, face às políticas governamentais na área da saúde tendo em vista a salvaguarda da sustentabilidade, aceitamos como possível solução a integração da Santa Casa da Misericórdia na gestão do hospital de S. João da Madeira nos moldes estabelecidos no decreto-lei nº 138/2013...." ----------

Eu não sou filiado em partido nenhum, mas gosto que estes assuntos sejam retratados com rigor. E se subscrevo aquilo que disse o senhor Vereador, também tenho a obrigação de relevar aqui aquilo que foram as posições de outros partidos, como a CDU e o PSD. ----------

Essa proposta, aprovada na Assembleia Municipal, veio aqui à reunião de Câmara onde foi aprovada por unanimidade. Eu próprio fiz uma declaração de voto, que passo a ler: "Sou, por princípio, favorável a uma solução que garanta a continuação do hospital de S. João da Madeira no Serviço Nacional de Saúde e cumulativamente permita a abertura e manutenção de uma Urgência Básica de referenciação nacional, mormente se essa solução for enquadrada sob administração do Estado". ----------

Meus senhores, neste processo – e agora falo por mim – eu nunca estive do lado do Estado, nem nunca estive do lado da Santa Casa da Misericórdia, nem nunca estive do lado da União das Misericórdias Portuguesas. Eu estive sempre do lado da população, estive sempre do lado da prestação de cuidados de saúde, estive sempre do lado da solução que permitisse abrir uma urgência, que permitisse mais especialidades e que permitisse mais meios complementares de

diagnóstico. No fundo, que permitisse a reposição da atividade do nosso hospital. Foi esse sempre o sentido com que conduzi estes assuntos. Eu julgo que nisto fui acompanhado pela larguíssima maioria da população. A população queria ver o hospital no Serviço Nacional de Saúde e com as especialidades que são necessárias e com o atendimento que é necessário. O cidadão que vai ao hospital quer que o hospital esteja no Serviço Nacional de Saúde e depois, a partir daí, quer ser pura e simplesmente bem atendido, com qualidade e com prontidão. É isso que os sanjoanenses exigem. ----------

Como digo, a Santa Casa da Misericórdia de S. João da Madeira acedeu a participar na gestão do hospital se fosse necessário, foi um voluntarismo importante, fechou-se um importantíssimo protocolo com a ARS em que realmente a Santa Casa e a ARS puderam chegar a um acordo que permitia muito mais valências para o hospital, mais especialidades e a possibilidade de a Santa Casa ficar com a prerrogativa de abrir uma Urgência e isso também foi fundamental para este desfecho. Como foi fundamental o abaixo assinado que os sanjoanenses fizeram e as diligências que todos os partidos fizeram. Nisto acho que todos estivemos unidos e acho que foi graças a isso que conseguimos. --------

Era isto que queria dizer sobre o hospital. Enfatizo que não vale a pena estarmos a dedicar tanto àquilo que foi o passado, como é que o hospital declinou, porque é que o hospital declinou, quem é que fechou a Urgência, quem deixou fechar a Urgência e agora quem é que conseguiu abrir ou não abrir. É lógico que é de dar mérito é do senhor Secretário de Estado que foi quem tomou a decisão última e assinou e que no fundo abriu a porta para que haja uma Urgência. Agora temos que continuar a lutar todos unidos para que a Portaria seja concretizada na prática, passe ao concreto e os cidadãos realmente vão ao hospital e tenham lá

uma Urgência, que hoje não têm, esperamos que no fim do ano tenham, estamos naturalmente confiantes, porque achamos realmente que as pessoas estão de boa fé. Estou convencido que vamos ter efetivamente uma Urgência e que o plano estratégico vai ser implementado. ----------

--- O senhor Vereador Ricardo da Silva Pinto interveio novamente dizendo: É impossível pensar no presente e projetar o futuro sem conhecer o passado. E quando o senhor Presidente nos diz que o passado não interessa, está enganado! Interessa e é muito importante! Os sanjoanenses têm que saber qual foi a posição da autarquia, qual foi a posição do PSD e qual foi a posição do Presidente da Câmara Municipal em relação a esta matéria. A determinada altura referiu-se a uma Portaria. Em bom rigor não se trata de uma Portaria, é um Despacho, que é ligeiramente diferente, mas isso é uma questão técnica de somenos importância. Disse também o senhor Presidente que havia um atraso generalizado na implementação das medidas! Isso é falso, não é verdade. Há atrasos pontuais na concretização de algumas medidas previstas no plano estratégico de revitalização do hospital. Em algumas medidas! Grosso modo o plano já foi concretizado, vai ser acrescentado a esse plano a reabertura do Serviço de Urgência. O senhor Presidente veio-nos dizer que esta é uma boa notícia e eu concordo! O que eu lamento é que só o diga agora! ----------

E voltando ao passado, o que está publicado nos jornais locais é que o senhor Presidente considerava "uma boa notícia e um dia histórico para a cidade e para a região" (estou a citar) "a transferência do hospital para uma gestão privada", sabendo de antemão que o acordo assinado pelo anterior Governo e essa mesma entidade privada não a obrigava a reabrir o Serviço de Urgência. Mais, o senhor Presidente da Câmara disse numa reunião ordinária, creio eu, que muito

S. João da Madeira
Câmara Municipal

dificilmente ia haver uma reposição do Serviço de Urgência se o hospital continuasse na esfera do Estado. Foi dito por si. E o que aconteceu foi precisamente o contrário! O senhor Presidente, mais uma vez, estava errado, como esteve sempre desde o início deste processo. ----------

A determinada altura disse também que a entrega da gestão do hospital a uma entidade privada iria permitir uma grande ampliação do hospital em termos de valências e meios complementares de diagnóstico. Mas não falou sobre o Serviço de Urgência nesta declaração que prestou à comunicação social. Na tomada de posse, em janeiro de 2016, disse precisamente isto. Era a favor e bateu-se fortemente para que a transferência para uma entidade privada fosse uma realidade. Esta era a sua posição. Nunca defendeu a solução que está a ser implementada, apesar de vir agora a terreiro congratular-se por isso. ----------

O senhor Presidente creio que sofre de uma espécie de síndrome de bipolaridade política, assume uma posição hoje para amanhã assumir uma postura diametralmente oposta! Defende aquilo que era o contrário do que dizia no dia anterior. À mistura deve haver também uma espécie de alzheimer nas intervenções que faz. Eu recordo-lhe, senhor Presidente, que quando foi organizada uma vigília em defesa do hospital pelo Movimento Cívico que liderei, à porta da entidade privada, o senhor Presidente estava nas instalações dessa mesma entidade de croquete na mão a aplaudir a privatização do hospital. Essa é que era a sua postura. Nessa altura não defendeu a continuidade do hospital no Estado, não veio dizer que afinal o Ministério da Saúde tinha um plano fantástico para o hospital desta cidade, como diz agora. O senhor Presidente o que defendia na altura era, pura e simplesmente, a privatização do hospital. Foi por isso que se bateu. Esta é que é a realidade indesmentível! ----------

Para terminar, relembro os munícipes presentes que nenhum dos autarcas do PSD que aqui estão, alguns na bancada e outros lá fora, assinaram a petição em defesa do hospital! Nenhum assinou! A petição foi promovida na altura por munícipes sem qualquer filiação partidária, tínhamos até no Movimento Cívico quem andou a seu lado a fazer campanha eleitoral, sem que fosse militante do PSD, mas andou, andou com o senhor Presidente a fazer campanha eleitoral, e integrou o Movimento Cívico. Tínhamos também membros no Movimento Cívico que no passado tiveram ligações ao CDS, à concelhia local. Tínhamos, de facto, membros dos vários quadrantes políticos, sem que nenhum deles fosse militante de qualquer aparelho partidário. Eu próprio, na altura, não era militante do Partido Socialista, não era autarca. Os senhores foram abordados nesse sentido mas nenhum assinou a petição em defesa do hospital! Porque será que não assinaram? Porque na verdade não defendiam esta solução, não era isto o que queriam, o que queriam era entregar o hospital à gestão privada! Essa é que é a verdade que não pode ser negada. E o passado é importante ser analisado para que todos possamos perceber o que é que se passa hoje e aquilo que vai acontecer no dia de amanhã. Creio que essa análise é muito importante. ----------

--- O senhor Presidente fez os seguintes comentários: O senhor Vereador Ricardo Silva tem um gosto especial pelo combate e prefere mesmo nesta questão (que julgo que une a maioria esmagadora dos sanjoanenses) a fratura do que a união na defesa dos interesses dos sanjoanenses. E se acha tão importante o passado e se vai buscar todas essas coisas ao passado, eu não posso deixar de observar o seguinte: Foi um Governo do Partido Socialista que encerrou a nossa Urgência. Ouvimos na Assembleia Municipal o então deputado Rodolfo Andrade, hoje líder de bancada do PS na Assembleia Municipal e líder da concelhia de S. João da

Madeira do Partido Socialista, dizer que a nossa Urgência não tinha encerrado, simplesmente tinha mudado de sítio, para Santa Maria da Feira, aqui a dez minutos ao lado! Na altura, a própria bancada do PS da Assembleia Municipal apoiou a decisão do Governo de encerrar a urgência! E isso é que é estranho, isso é que é uma aberração. E, portanto, se vamos falar no passado, podemos também dizer que este Secretário de Estado – que eu hoje enalteço por ter assinado este despacho – foi a mesma pessoa que, no passado, preconizava o encerramento total do nosso hospital de S. João da Madeira, bem como do hospital de Oliveira de Azeméis, em favor da construção de uma nova unidade hospitalar em Nogueira do Cravo! Também na altura era uma decisão que não ia ao encontro dos interesses dos sanjoanenses e do nosso hospital. Portanto, se começamos a olhar para este assunto à luz daquilo que foi o passado, realmente acho que não chegamos a uma discussão muito produtiva. ----------

Em relação ao conteúdo e à forma da sua intervenção, ela está bem plasmada na falta de rigor linguístico que é utilizado quando o senhor Vereador diz que se tratava da privatização do hospital. Todos sabemos que nunca esteve em causa a privatização do hospital. O senhor Vereador Ricardo Silva sabe muito bem qual é a diferença entre ter uma gestão privada e ter um hospital privatizado. Nunca esteve em causa, como o senhor Vereador bem sabe, a privatização do hospital, mas usa aqui uma série de forças de expressão e esta interpreto que seja também uma força de expressão. O hospital era um hospital público, do Serviço Nacional de Saúde, gerido pela Santa Casa, gerido pelos sanjoanenses. ---------

Em relação às questões da minha posição relativamente ao hospital: Eu sempre defendi que o hospital tivesse uma Urgência, defendi que o hospital tivesse mais serviços, tivesse uma ampliação da cirurgia de ambulatório, passasse a ter

cirurgia de internamento e tivesse mais meios complementares de diagnóstico, nem que para tal tivesse de ser gerido pela Santa Casa da Misericórdia. Isso está patente na declaração de voto que aqui enunciei. Quanto a isso, o meu percurso nunca foi pautado por clientelismo político nem por preconceitos ideológicos. Ao contrário do senhor Vereador Ricardo Silva, eu não vejo o mundo às cores. Eu vejo pessoas que precisam de cuidados de saúde. E sempre estive do lado da população na defesa destes cuidados de saúde, independentemente do governo, independentemente de todas as cores partidárias, porque acho que este assunto não tem nada a ver com cores partidárias. E, portanto, da mesma forma que uma pessoa fundamentalista e facionária – por estar radicado numa fação – como o senhor Vereador Ricardo Silva, critica a minha posição, também outra pessoa que, de uma forma obtusa, defendesse, por exemplo, a gestão da Santa Casa, podia achar que eu, afinal, mudei de ideias porque defendia a Santa Casa e agora estou a defender o Estado. Volto a dizer: eu nunca defendi nem o Estado, nem a Santa Casa da Misericórdia, nem a União das Misericórdias. Eu defendi serviços de saúde como os sanjoanenses e a população da região necessitam. É isso que importa. E foi isso que, ao fim e ao cabo, acabou por..., não diria ser conseguido, porque em boa verdade ainda não foi conseguido, há um vislumbre de se conseguir. ----------

Termino dizendo que o senhor Secretário de Estado, Professor Dr. Fernando Araújo, a partir do momento em que, unilateralmente, rasgou um protocolo que o Estado tinha com a União das Misericórdias, através da ARS e da Santa Casa da Misericórdia de S. João da Madeira, tinha a obrigação de garantir aos sanjoanenses que o Estado pudesse colocar aqui no hospital pelo menos tudo aquilo que estava garantido no acordo. Os sanjoanenses jamais aceitariam

menos do que aquilo que estava naquele acordo, porque isso seria um retrocesso. E foi esse o principal argumento que eu utilizei junto do senhor Secretário de Estado nas reuniões que tive com ele. Este era um argumento de caráter moral e ético. Claro que o argumento principal era a necessidade objetiva de melhores cuidados de saúde e a necessidade objetiva de uma Urgência, porque as Urgências do S. Sebastião e de Oliveira de Azeméis não são suficientes. E portanto, o argumento primordial era a necessidade objetiva da população. O argumento de ordem moral e ética era de que se havia uma solução, se o senhor Secretário de Estado descartou essa solução, então que arranjasse uma solução pelo menos tão boa. E o senhor Secretário de Estado manifestou já de uma forma muito concreta intenção de que assim fosse. Vamos aguardar de uma forma ativa para que isso seja possível, para que se concretize e para que estejamos daqui a quatro meses, no final do ano, a constatar que efetivamente temos uma urgência, que efetivamente temos mais serviços, que efetivamente temos meios complementares de diagnóstico. E acho que é por isso que todos temos de lutar. ----------

— O senhor Vereador Paulo Cavaleiro interveio também dizendo: A forma como o senhor Presidente colocou o assunto é a forma como deve ser colocada, sem andarmos aqui a procurar quem tem mais razão ou menos razão. A concelhia do PSD emitiu um comunicado que penso que é bastante esclarecedor da nossa posição sobre o assunto. O Vereador Ricardo Silva podia ter aproveitado a oportunidade de se congratular pela abertura da Urgência e deixar a outra parte. Mas não consegue fazer isso. Como eu já disse várias vezes, prefere que as coisas sejam assim. Portanto, como prefere, nós podemos fazer duas coisas: ignoramos e fazemos aquilo que sempre fizemos, desde 2006 que andamos a

defender o hospital – nós não começámos há três anos, foi desde 2006 – e podemos fazer isso dessa maneira ou podemos ignorar e deixar passar. Mas a questão é que senhor Vereador faz afirmações tantas vezes para tentar passar que elas sejam verdades, mas elas não são verdade, porque nós nunca, nunca, em nenhum momento ninguém defendeu que o hospital fosse privatizado ou que o hospital não fosse para o Serviço Nacional de Saúde. O senhor sabe que o Estado há muitos anos que faz acordos de gestão pública em várias áreas. Os vários Governos do PSD/CDS, do PSD sozinho, do Partido Socialista sozinho, do Partido Socialista com a geringonça. Todos têm feito isso. E, portanto, a história é esta: O Partido Socialista concordou com a transferência da Urgência para o hospital S. Sebastião e o que aconteceu agora foi que este Governo repôs o que um anterior Governo do Partido Socialista tinha retirado. E nós, e bem, como disse o senhor Presidente, independentemente do Governo, sempre defendemos o melhor para o nosso hospital. Inclusivamente, várias vezes perguntámos sobre a questão da Urgência e no plano não estava lá referenciada esta questão. Ainda bem que a mesma pessoa - curiosamente, podia não ser, podia ter sido outro – mas a mesma pessoa que fez afirmações públicas em que dizia que um dos cenários de ordenamento hospitalar do Entre Douro e Vouga era mais vantajoso construir uma nova unidade entre Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra para substituir o hospital de S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis, não era Urgência, era substituir o hospital, nós ficámos muito satisfeitos que a mesma pessoa, que hoje é Secretário de Estado, tenha mudado de opinião. ----------

Os sanjoanenses já diziam, desde 2006, que as Urgências no hospital da Feira não tinham capacidade para responder a toda esta população. Nós sempre dissemos isso. Isso é inegável. ----------

E também quero dizer aqui que penso que é positivo que o anterior Presidente da Câmara conseguiu um acordo que foi importante para segurar as coisas. ----------

Os senhores provavelmente se tivessem a certeza que iria abrir a Urgência tinham colocado isso no plano. ----------

O senhor Vereador como provavelmente terá falta de informação, eu tenho todo o gosto em fotocopiar e fazer-lhe chegar todas as notícias que existem desde 2006. Se calhar o senhor fundamenta-se melhor e fica a saber de onde é que os senhores vieram até hoje. Mas esta discussão não interessa. Como disse o senhor Presidente, e bem, nós estamos aqui para defender os interesses de S. João da Madeira, independentemente de qual é o Governo. O senhor Presidente trabalhou para que no Governo anterior tivéssemos uma boa solução. ----------

O senhor diz que está tudo bem! Não é essa a sensação com que ficamos na última visita que lá fizemos! Temos que estar vigilantes e atentos para tentar perceber como é que vão ser concretizados alguns dos compromissos que assumiram. ----------

Agora, o que é verdade é que o acordo que havia com a Misericórdia tinha um patamar e um nível novo de que o nosso hospital passaria a ter o que desde 2008 vinha a perder na área da saúde aqui na nossa região. ----------

O senhor Vereador elogiou o anterior Presidente do Partido Socialista e candidato à Câmara Municipal, que até fez disto tema de campanha (nós não nos esquecemos), mas foi esse mesmo candidato que era adjunto no Governo de José Sócrates quando ele fechou a Urgência! Sabe o que é que ele disse? Nada. Não se conhece uma palavra! ----------

E o senhor Vereador tem que deixar de dizer que o hospital não ia ficar no Serviço Nacional de Saúde. ----------

Queria aqui manifestar a nossa satisfação por esta alteração de posição, com esta particularidade de que a pessoa que a faz é a mesma que na altura tinha um estudo em que se propunha encerrar a Urgência. Tendo mudado de opinião, isso é positivo. ----------

Na altura eu era autarca e a Câmara Municipal de S. João da Madeira pediu um estudo credível para justificar a sua posição. Não foi uma coisa que fez baseada apenas em argumentação que não fosse estudada e analisada. Eu penso que esta forma que nós tivemos de defender os interesses dos sanjoanenses é positiva e assim é que nós podemos atingir os nossos objetivos e todos defendermos a mesma coisa. ----------

--- Por último, o senhor Vereador Ricardo da Silva Pinto referiu ainda: Senhor Presidente, eu sou obrigado a pedir a palavra em defesa da honra e consideração, uma vez que fui acusado de fundamentalista. E isso, de facto, fere a minha sensibilidade. Não posso aceitar tal afirmação porque a minha posição foi sempre a mesma e bastante moderada, nunca estive vinculado a nada nem a ninguém, quer quando era membro do Movimento Cívico e não tinha filiação partidária, quer agora que sou militante do Partido Socialista. Não houve alteração nenhuma da minha parte. Não obstante, e como tenho o hábito de citar provérbios populares, há um que nos diz que "só não muda de opinião quem é burro", sendo certo que eu nunca mudei de opinião, tive sempre a mesma. Se me diz que o PS em 2006 tinha outra opinião e foi favorável à transferência do Serviço de Urgência, resta-me saudar esta nova posição defendida pelo PS. Certamente que analisaram bem a situação e decorrido todo este tempo verificaram que afinal foi um erro. O senhor Presidente diz que estranha a posição que foi assumida pelo Partido Socialista quando o Governo em 2006 encerrou o hospital! Ora bem,

S. João da Madeira
Câmara Municipal

quem assinou esse acordo foi o Presidente da Câmara da altura eleito pelo PSD, o Dr. Castro Almeida, foi ele que avalizou o encerramento do serviço de urgência do hospital. Na atualidade, estranho é que o único município neste país em que se discutiu a transferência do hospital para a Santa Casa local, o único, da esquerda à direita, que não se bateu contra esta solução foi o de S. João da Madeira. Todas as câmaras municipais do país, da esquerda à direita, manifestaram-se contra esta medida. E o único que não o fez foi o município de S. João da Madeira! Isso é que é estranhíssimo! ----------

Por último referir, e para ser rigoroso naquilo que se diz, o senhor Secretário de Estado não se limitou a cumprir o que estava previsto no acordo com a Santa Casa, foi mais longe, reabriu o serviço de urgência. Tal medida não estava consagrada no acordo celebrado com a Misericórdia. O senhor Presidente esteve no hospital na última visita do senhor Secretário de Estado, como eu também estive, e o que verificou, por exemplo, foi que o hospital de dia está a funcionar bem e com grande qualidade no serviço que presta, coisa que iria deixar de existir com a transferência do hospital para uma gestão privada. E, já agora, sublinhar que a partir do momento em que se entrega um hospital público a uma entidade de natureza privada, isto, do meu ponto de vista, configura uma privatização da gestão do hospital. Era isso que ia acontecer. Não me venham dizer que o hospital não ia ser privatizado! Ia. É verdade que continuava no Serviço Nacional de Saúde, mas não continuava no SNS por haver o acordo com a Santa Casa, continuava no SNS porque o regime jurídico que regula esta matéria assim o impunha. O que eu disse é que ia deixar de estar no SNS sob gestão integralmente pública. Isso sim, era o que ia acontecer. A porta do hospital ia ser aberta a companhias de seguros, a utentes do setor privado e eles iam usufruir

das mais e melhores condições comparativamente aos utentes do Serviço Nacional de Saúde. Nós sabemos muito bem o que acontece nos vários estabelecimentos hospitalares espalhadas pelo país que são geridas pelas Misericórdias e por outras entidades privadas. O tratamento – e as palavras são minhas, não tenho medo de as dizer – é discriminatório, não é o mesmo, todos sabemos isso. Todos nós temos exemplos na família, no grupo de amigos e de nossos conhecidos de que quem se dirigiu a um hospital privado com o cartão do Serviço Nacional de Saúde não teve as mesmas regalias, o mesmo tratamento, desde logo no que toca ao prazos de marcação de consultas e cirurgias, do que um utente com o cartão de saúde de uma entidade privada. Isso é o que acontece. E era essa a realidade que ia acontecer com o nosso hospital. O hospital entregue à Santa Casa ia passar a ter utentes de primeira e utentes de segunda, sendo certo que os utentes de segunda eram os utentes do Serviço Nacional de Saúde. Era isso que ia acontecer. E foi sempre isto que eu disse.------ Quando discutimos em reunião da Câmara Municipal realizada em fevereiro de 2016 o tal plano de revitalização que foi gizado pelo Centro Hospitalar, que não previa, é verdade, a reabertura do Serviço de Urgência, o que eu disse é que nesse aspeto em particular, aquele plano não nos satisfazia e íamos continuar a lutar para que a reabertura fosse uma realidade. Neste momento, o que está publicado é, de facto, um despacho que falta concretizar, mas que prevê até ao final do ano, princípios de janeiro de 2017, que o Serviço de Urgência seja reposto. O acordo da Santa Casa e as posições públicas que foram assumidas não nos diziam isto. Há uma grande diferença entre aquilo que era o acordo com a Santa Casa e o que está a fazer o atual Governo. E é nessa medida que eu saúdo e apresentei aqui um voto de congratulações pelo que está a ser feito pelo

atual Governo do Partido Socialista. Seja uma geringonça ou não, o que é certo é que a geringonça funciona e funciona muito bem. ----------

--- Por último, o senhor Vereador Manuel Oliveira perguntou ao senhor Presidente se ia responder às questões que colocou ou se o seu silêncio era de tal maneira ruidoso que não o permitia. ----------

--- O senhor Presidente respondeu que não tinha nada a comentar. ----------

---

PONTO 3 – APROVAÇÃO DAS ATAS NºS 14, 15 E 16/2016

--- A aprovação das atas nº5 14/2016 e 15/2016 foi adiada para introdução de alterações. ----------

--- Previamente distribuída por todos os elementos da Câmara Municipal, foi aprovada, por unanimidade, com seis votos a favor, a ata da reunião extraordinária de 28 de junho de 2016 – ata nº 16/2016. Não participou na votação a senhora Vereadora Sandra Oliveira, por não ter estado presente nesta reunião. ----------

---

PONTO 4 - INFORMAÇÕES

--- O senhor Presidente informou que o Município de S. João da Madeira saldou, este ano, uma dívida para com a EDP, cujo pagamento foi objeto de um acordo celebrado em 1996, reportado a uma dívida que foi apurada em 1988. Em 1996 a Câmara aprovou, neste caso com a Eletricidade do Norte, o pagamento de uma dívida que na altura excedia cinco milhões de euros, essa dívida de cinco milhões de euros foi sendo paga ao longo dos anos e o seu pagamento foi concluído em meados de 2016. Relevou que só desde 2013 até ao presente momento esta Câmara Municipal pagou à EDP um milhão e trezentos mil euros. No fundo, a

S. João da Madeira
Câmara Municipal

Câmara honrou os seus compromissos e hoje nada deve à EDP ao fim de todos estes anos. Este é um momento que acha que deve ser assinalado, que é o pagamento desta dívida de cerca de trinta anos para com a EDP, o que dá agora uma maior independência em relação a este fornecedor para se tomarem as decisões que se entenderem daqui para futuro. ----------

--- Mais informou que a Câmara detém alguns terrenos destinados à habitação, sendo que vão ser colocados à venda alguns deles. A Câmara não tem qualquer interesse em deter terrenos que sejam para habitação, a Câmara poderá ter porventura interesse em deter terrenos onde se prevejam equipamentos municipais ou alargamento da rede de vias de circulação. Tratando-se de terrenos para habitação não faz sentido a Câmara deter esses terrenos. Acontece que a situação económica não era muito favorável ao desenvolvimento de projetos imobiliários mesmo na área da habitação, recentemente tem-se notado em S. João da Madeira uma maior dinâmica. É o hospital da CUF que vem para a antiga garagem Ouro, o edifício em frente do antigo BPA também foi recentemente arrendado, abriram diversas lojas na rua Oliveira Júnior que estavam encerradas há algum tempo, houve até algumas lojas a mudar de comerciantes, estavam lá uns comerciantes e agora estão outros. Nota-se maior dinâmica. E nota-se também na cidade que volta a haver procura de habitação, especialmente habitação de tipologias menores. Achou por bem colocar à venda estes seis terrenos, colocando à disposição da economia, à disposição dos sanjoanenses esses mesmos terrenos. São seis terrenos, vai ser divulgado nos jornais locais, sairá na próxima edição, para que as pessoas saibam. Na própria localização dos terrenos vai ser colocada uma placa para realmente tentar que esses terrenos sejam disponibilizados e que se desenvolvam projetos. S. João da Madeira

precisa que se desenvolvam projetos, que se construa, que haja oferta novamente, uma nova lufada de oferta de prédios para habitação. São seis terrenos que têm uma base de licitação de acordo com os critérios que se têm tido em conta desde há muitos anos, que é, no fundo, colocar como base de tributação o valor patrimonial tributário calculado à presente data. São três terrenos na Avenida Dr. Renato Araújo, um terreno próximo da Praça Barbezieux, um terreno na rua Teixeira de Pascoais e um terreno na rua Padre Américo. Vai ser divulgado nos jornais com as respetivas áreas, bases de licitação e capacidade construtiva. ----------

--- O senhor Vereador Manuel Oliveira perguntou se a decisão de venda é uma decisão do senhor Presidente e se está completamente compaginada nas competências que tem. ----------

- Disse também, relativamente ao pagamento da dívida à EDP, que era uma questão que todos deviam saudar, mas não era um esforço exclusivo deste executivo, era um esforço do Município que foi capaz de honrar aquilo que foi o compromisso assumido com a empresa. ----------

A propósito disto perguntou se não termina em 2016 o contrato que existe para a distribuição da energia elétrica em baixa tensão no Município com a EDP, e se já terminou, ou se está a terminar, o que é que já fez o executivo no sentido de se olhar para o futuro relativamente a esta matéria. ----------

--- O senhor Presidente respondeu que a decisão de venda é da sua responsabilidade. O Presidente da Câmara tem delegação de competências nesta matéria e tomou essa decisão, assim como também tomou naturalmente a decisão de informar este órgão disso mesmo. ----------

S. João da Madeira
Câmara Municipal

- Em relação ao contrato de concessão de exploração da rede de baixa tensão que está consignada à EDP, cujo prazo terminará brevemente, é um assunto que tem estado a ser estudado na Câmara Municipal e muito brevemente solicitará aos senhores vereadores uma reunião de trabalho para observarem essa situação e para lhes dar conta de toda a informação que entretanto foi recolhida e de qual é a orientação que será preconizada. É uma matéria realmente importante à qual brevemente se terão que dirigir. E é também nesse âmbito do fim da concessão que é importante constatar hoje que essa dívida está saldada. ----------

--- O senhor Vereador Ricardo da Silva Pinto interveio também dizendo querer deixar uma nota: "Saudar este tipo de postura de terem a preocupação de nos informarem previamente sobre aquilo que é feito pelo senhor Presidente da Câmara, nomeadamente em relação à venda de terrenos destinados à habitação. É um procedimento que não tem sido recorrente, normalmente tomamos conhecimento destas situações pelos anúncios que são publicados pela comunicação social ou através dos munícipes que nos abordam. Há, de facto, aqui uma alteração que é feliz e que eu aplaudo." ----------

--- Por último usou da palavra o senhor Vereador Miguel Oliveira, dizendo: Face ao que o Vereador Ricardo Silva disse, isto só nos vem dar razão. No dia em que nós aqui dissemos que a delegação de poderes não era um poder absoluto, que esse poder era sindicado, só vem comprovar que efetivamente era esse o pressuposto da proposta que aqui trouxemos. ----------

---

PONTO 5 – OPERAÇÃO DE REPARCELAMENTO DA AMPLIAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DAS TRAVESSAS PARA SUL

S. João da Madeira
Câmara Municipal

— Presente uma informação do Chefe de Divisão de Planeamento e Ordenamento, Joaquim Milheiro, sobre o assunto referido em título, com o seguinte teor: ----------

- "Em 2 de novembro de 2010 a Câmara Municipal aprovou por unanimidade uma proposta para a delimitação de uma unidade de execução tendo em vista a ampliação da zona industrial das Travessas para sul, abrangendo vinte e oito prédios e quatro parcelas a desafetar do domínio público, com as designações de P1, P2, P3 e P4, conforma delimitação constante da planta anexa a esta informação. ----------

Esta deliberação, cumprindo o disposto no regime jurídico dos instrumentos do território aprovado pelo decreto-lei 380/99, de 22 de setembro, foi objeto de participação preventiva, através da abertura de um período de participação pública na sequência da publicação do aviso nº 2994/2010, na 2ª série do Diário da República de 10 de novembro. ----------

Durante este período em que estiveram patenteadas as peças que acompanhavam a proposta de delimitação da unidade de execução, designadamente a planta cadastro, a planta de cedências ao domínio público, a planta de transformação fundiária e os termos de referência, não foram formuladas ou manifestada quaisquer objeções à delimitação da unidade de execução e respetivas caraterísticas cadastrais. ----------

Posteriormente procedeu-se à participação para inscrição na matriz predial urbana a favor do município as referidas parcelas, tendo sido inscritas sob os números 7331, 7332, 7333 e 7334, das quais se anexa cópia das respetivas certidões. ----------

S. João da Madeira
Câmara Municipal

No procedimento de participação para descrição matricial na Conservatória do Registo Predial de S. João da Madeira destes quatro prédios, a Conservadora suscita uma questão relativamente à desafetação das parcelas e sua integração na operação de reparcelamento aprovada para a unidade de execução, solicitando que lhe seja remetida deliberação da Assembleia Municipal que autorize a sua desafetação do domínio público, nos termos do estabelecido na alínea q), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. ----------

Atendendo a que esta deliberação nunca foi promovida, remete-se a presente informação no sentido de ser deliberado remeter o pedido para deliberação da Assembleia Municipal e dessa forma suprir a deficiência suscitada." ----------

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar remeter à Assembleia Municipal. ----------

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -------

---

PONTO 6 – ALTERAÇÃO AOS ARTIGOS 14º E 19º DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

--- Presente uma informação do Chefe de Divisão de Planeamento e Ordenamento, Joaquim Milheiro, sobre o assunto referido em título, com o seguinte teor: ----------

- "O período de participação preventiva relativo ao procedimento de alteração aos artigos 14º e 19º do regulamento do plano diretor municipal aberto por deliberação da câmara municipal tomada em reunião ordinária de 7 de junho de 2016 terminou a 12 de agosto de 2016, não tendo sido rececionadas nestes serviços durante esse período quaisquer participações, contributos ou sugestões relativas às matérias em discussão. ----------

S. João da Madeira
Câmara Municipal

Tratando-se de matéria de natureza simples, pois as alterações prendem-se exclusivamente com a alteração do parâmetro urbanístico designado por índice volumétrico – Iv aplicado à classe de espaço urbano, às categorias de espaço urbano ou urbanizado na subcategoria funcional de espaço de atividades económicas, submete-se o processo para deliberação do órgão executivo nos termos e para os efeitos do disposto no número 3, do artigo 86º, do decreto-lei nº 80/2015, de 14 de maio. ----------

A proposta de alteração ao regulamento do plano diretor municipal consiste na alteração do parâmetro índice volumétrico – Iv de 3m3/m2 para 6m3/m2, consubstanciando-se em: ----------

Na alínea a) do número 4, do artigo 14º, onde se lê "3m3/m2" passará a constar "6m3/m2". ----------

Na alínea a) do número 3, do artigo 19º, onde se lê "3m3/m2" passará a constar "6m3/m2". ----------

Dispõe o número 3, do artigo 86º, do decreto-lei nº 80/2015, de 14 de maio, que concluída a elaboração, a câmara municipal apresenta a proposta de alteração e o relatório ambiental à comissão de coordenação e desenvolvimento regional territorialmente competente que, no prazo de dez dias, remete a todas as entidades representativas dos interesses a ponderar, convocando-as para uma reunião procedimental, a realizar no prazo de vinte dias a contar da data de expedição da referida documentação. ----------

Estabelece o artigo 120º do diploma legal atrás mencionado que aprovou o regime jurídico dos instrumentos de gestão do território, que as pequenas alterações aos planos territoriais apenas serão objeto de avaliação ambiental no

S. João da Madeira
Câmara Municipal

caso de se determinar que são suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente. ----------

Atendendo a que a alteração proposta não é suscetível de ter efeitos no ambiente, pois os parâmetros referentes aos índices de utilização – Iu e de impermeabilização – Iimp não sofrem qualquer alteração, poderá a câmara municipal, nos termos do disposto no número 2, do artigo 120º, deliberar no sentido de que as alterações agora propostas não estão sujeitas a avaliação ambiental estratégica atendendo aos critérios definidos no decreto-lei nº 232/2007, de 15 de junho, na redação introduzida pelo decreto-lei nº 58/2011, de 4 de maio." ----------

--- Após a discussão do assunto e esclarecimentos prestados, Câmara deliberou, por maioria, aprovar a proposta e proceder à abertura de um período de discussão pública de trinta dias. Abstiveram-se os senhores Vereadores do Partido Socialista, Ricardo da Silva Pinto, Manuel Oliveira e Sandra Oliveira. -------

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -------

--- O senhor Vereador Manuel Oliveira proferiu a seguinte declaração de voto: "Pese embora ter votado, em sete de junho, contra este documento, votei porque à data não foi dada qualquer justificação. A justificação que hoje foi dada para o procedimento não me convence totalmente, isto é, contrariamente ao que o senhor Presidente disse, não há nenhum parecer técnico que sustente, que justifique que aquilo que se propõe é dobrar a capacidade de construção, isto é, em vez dos três metros cúbicos por metro quadrado passar a seis! Porque não nove, por que não sem limite como existe noutros municípios? E isso é que falta. É absolutamente vital, no meu ponto de vista, que toda e qualquer deliberação seja suficientemente fundada, isto é, nós decidirmos num ou outro sentido deve

S. João da Madeira
Câmara Municipal

ser feito em rigor técnico. E neste caso não é uma questão de rigor técnico, porque à data em que o PDM foi aprovado e o Regulamento do PDM foi aprovado..., eu devo dizer que se houve documento que foi participado foi este PDM, participei em várias sessões de trabalho de discussão e de aclaramento sobre esta matéria e à data a questão não se colocava. Eu sei que os tempos evoluem, que a sociedade evolui e as questões técnicas também se alteram significativamente, mas nada foi demonstrado aqui e agora que esta questão de alterar de três para seis é suficiente ou é excessiva ou é insuficiente! É só por essa razão que me abstenho nesta proposta." ----------

---

PONTO 7 – CONTRATO Nº 5/2016 – FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES (1º CICLO E JARDINS DE INFÂNCIA) – RESOLUÇÃO FUNDAMENTADA

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente que aprovou a proposta de resolução fundamentada, em 31 de agosto de 2016, com o seguinte teor: ----------

- "Por comunicação datada de 18 de agosto de 2016, veio a empresa "Know Food – Atividades Hoteleiras, Lda", de forma infundada, invocar a exceção de não cumprimento e a resolução unilateral do contrato nº 5/2016 – Fornecimento de refeições escolares (1º ciclo e jardins-de-infância), nos termos dos artigos 327º, nºs 2 e 3 e 332º e ss., ambos do CCP. ----------

Tal posição assenta no facto do Município não ter aceite a pretensão daquela entidade de, logo após o início da execução do contrato, pretender a revisão do preço contratual estabelecido de € 1,55 para €1,956. ----------

Porque infundada tal posição, foi comunicado àquela entidade a não aceitação pelo Município da sua posição, assim como do facto do não cumprimento do contrato importar grave prejuízo para o interesse público subjacente ao objeto do contrato. ----------

Nos termos do disposto no nº 4 do artº 327º do CCP: ----------

"4 – Considera-se que a invocação da exceção de não cumprimento não implica grave prejuízo para a realização do interesse público quando o contraente público, no prazo de 15 dias contado da notificação a que se refere o número anterior não reconhecer, mediante resolução fundamentada, que a recusa em cumprir seria gravemente prejudicial para o interesse público." ----------

O Contrato nº 5/2016 – Fornecimento de refeições escolares (1º ciclo e jardins-de-infância) tem como objeto principal a aquisição de serviços para o fornecimento de refeições nas escolas do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância do concelho de S. João da madeira. ----------

No âmbito da prestação de serviços objeto deste contrato compete ao adjudicatário, designadamente, gerir o "Setor de Restauração" que, em termos funcionais, compreende as seguintes áreas: a aquisição de géneros alimentícios e de bens não alimentares necessários à alimentação, a armazenagem, a preparação dos géneros alimentícios, a confeção, o empratamento, a distribuição de alimentos e refeições, a recolha de palamenta usada e a higienização das instalações, equipamentos e palamenta. ----------

Na situação presente está em primeira linha em causa a garantia contínua do fornecimento de refeições nas escolas do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância. ----------

S. João da Madeira
Câmara Municipal

É este universo escolar aquele que deve merecer dos poderes públicos competentes, os municipais, uma acrescida preocupação, por nela se enquadrar os estudantes de mais tenra idade e onde as carências alimentares são, de imediato, absolutamente determinantes para o seu desempenho escolar e, a prazo, para o seu correto desenvolvimento intelectual e físico. ----------

Assegurar e garantir de forma adequada e continuamente as tarefas inerentes ao contrato, sobretudo nos períodos letivos, é uma obrigação acrescida da autarquia.

O ano escolar correspondente ao ano 2016/2017 tem início a 1 de setembro de 2016, data a partir da qual todos os correspondentes serviços de fornecimento de refeições escolares objeto do contrato devem apresentar-se operacionais e capazes de dar integral satisfação às necessidades que determinaram a celebração do mesmo. ----------

Perante esta situação, o cumprimento desta obrigação pelo município é de relevante interesse público, cuja realização se torna necessário garantir de imediato sob pena de se verificarem fortes disfunções e instabilidade num setor essencial ao desenvolvimento integral das crianças e jovens abrangidos. ---------

O co-contratante – Know Food-Atividades Hoteleiras, Lda., veio invocar a exceção de não cumprimento e a resolução unilateral do contrato respetivamente, nos termos dos artºs 327º, nºs 2 e 3 e 332º e ss. ambos do CCP. ----------

A exceção de não cumprimento invocada implica grave prejuízo para a realização do interesse público prosseguido pelo município, tal como acima já se explicou, pelo que a recusa do co-contratante em cumprir o contrato é gravemente prejudicial para o mencionado interesse público, acrescendo o facto de não subsistir qualquer fundamento de facto e de direito à posição do co-contratante – Know Food – Atividades Hoteleiras, Lda. ----------

S. João da Madeira
Câmara Municipal

Assim, e em cumprimento do disposto no nº 4 do artº 327º do CCP, e pelos fundamentos acima enunciados, delibera-se reconhecer que a recusa pela empresa Know Food – Atividades Hoteleiras, Lda. em cumprir o contrato nº 5/2016 – Fornecimento de refeições escolares (1º ciclo e jardins-de-infância), com fundamento na exceção do não cumprimento é gravemente prejudicial para o interesse público." ----------

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -------

---

PONTO 8 – CONTRATAÇÃO DE AUXILIARES DE AÇÃO EDUCATIVA PARA OS JARDINS DE INFÂNCIA

--- Presente uma proposta do senhor Presidente, sobre o assunto referido em título, com o seguinte teor: ----------

- "Considerando que: ----------

De acordo com informação do Chefe de Divisão de Educação, que se anexa, o Ministério de Educação e Ciência (MEC) autorizou a contratação de cinco auxiliares de ação educativa, dando assim resposta aos pedidos que formulámos face à carência de recursos humanos. ----------

Estes recursos humanos inserem-se no Acordo de Cooperação no âmbito da Educação Pré-Escolar, celebrado entre este Município e os Ministérios da Educação e Segurança Social em 1998, renovado anualmente. ----------

As funções a desempenhar são muito específicas, exigindo profissionais com o perfil adequado para acompanhar crianças com necessidades educativas especiais. ----------

O encargo financeiro é totalmente assegurado pelo Ministério da Educação. ----

S. João da Madeira
Câmara Municipal

Os lugares a provir são de natureza urgente e inadiável, porém transitória apenas até ao final do ano letivo. ----------

O reduzido quadro de funcionários afetos a este serviço não permite a afetação de outros funcionários para os jardins-de-infância. ----------

No Mapa de Pessoal do ano de 2016 está prevista a ocupação de 5 postos de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional – exercício de funções de auxiliar de ação educativa, por tempo determinado. ----------

Por outro lado, é necessário providenciar a substituição de duas trabalhadoras que se encontram com incapacidade temporária para o trabalho, enquanto durar a respetiva ausência. ----------

Em 1 de fevereiro último foi homologada pelo Senhor Presidente da Câmara a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados do procedimento concursal para a constituição jurídica de emprego público por tempo determinável (termo incerto) de três postos de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional para o exercício de funções de auxiliar de ação educativa. ----------

De acordo com o previsto no artº 40º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria nº 145-A/2011, de 6 de abril, sempre que, em resultado de procedimento concursal comum, a lista de ordenação final contenha um número de candidatos aprovados superior ao dos postos de trabalho a ocupar, é constituída uma reserva de recrutamento interna de utilização obrigatória, a ser utilizada no prazo máximo de 18 meses, contados da data da homologação da lista de ordenação final. ----------

O recurso à referida bolsa de recrutamento está sujeita à aprovação do órgão executivo. ----------

Proponto: ----------

S. João da Madeira
Câmara Municipal

Que seja submetida à Câmara Municipal a autorização para o recrutamento de 5 assistentes operacionais, área de auxiliar de ação educativa, por tempo determinado, até ao final do ano letivo e o recrutamento de 2 assistentes operacionais para assegurar a substituição de duas trabalhadoras que se encontram com incapacidade temporária para o trabalho, a tempo incerto, enquanto durar a respetiva ausência. O presente recrutamento será efetuado através do recurso à reserva de recrutamento interna do procedimento concursal cujo aviso foi publicado em Diário da República em 19 de dezembro último, e cuja lista de ordenação final foi homologada em 01 de fevereiro de 2016." ----------

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. ----------

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -------

---

PONTO 9 – ACORDO DE GEMINAÇÃO COM O MUNICÍPIO DE CASTELO BRANCO

--- Presente uma proposta do senhor Presidente, sobre o assunto referido em título, com o seguinte teor: ----------

- "Considerando que: ----------

Nos últimos tempos se têm cimentado os laços entre os Municípios de S. João da Madeira e de Castelo Branco no âmbito cultural; ----------

S. João da Madeira e Castelo Branco têm implementado políticas de promoção da cultura e da arte em particular, que serão fortalecidas através da troca de experiências; ----------

Os dois Municípios estão dotados e pretendem investir em infraestruturas, cuja utilização recíproca beneficiará ambas as partes, desde logo a Oliva Creative Factory, em S. João da Madeira, e o Centro de Criatividade de Castelo Branco; ---

A Oliva Creative Factory é um Centro de Indústrias Culturais e Criativas, essencialmente constituído por uma incubadora de empresas de base criativa e cultural e um Núcleo de Arte que tem por missão sensibilizar o público para a arte contemporânea, assumindo-se como espaço de debate e reflexão sobre a sociedade contemporânea e espaço de promoção e desenvolvimento cultural e criativo da região onde se insere e cujo Núcleo de Arte acolhe duas coleções únicas e incontornáveis no espaço ibérico: a Coleção Norlinda e José Lima, composta por artistas e projetos interdisciplinares onde se cruzam o desenho, a pintura, a escultura, a fotografia e o vídeo, e a Coleção Treger/Sain Silvestre constituída por núcleos de arte bruta, artes marginais e arte contemporânea e ainda núcleos de vocação etnográfica, como a coleção de crucifixos contemporâneos e de Arte Vudu do Haiti; ----------

O Centro de Criatividade de Castelo Branco, para além de proceder à reabilitação do edifício de uma antiga unidade de confeções situada na Alameda do Cansado, vai aí ser instalado um centro de indústrias criativas, para além de espaços vocacionados para espetáculos e eventos públicos, ateliês e serviços através do apoio a grupos residentes de diferentes áreas artísticas e performativas: teatro, dança, design e fotografia; ----------

O Município de Castelo Branco tutela outros equipamentos culturais, como o Museu Cargaleiro, cujo objetivo central é a divulgação, estudo e conservação das peças que integram o acervo da Coleção de Arte da Fundação Manuel Cargaleiro, objetivo que se traduz na promoção e organização de exposições de caráter temporário ou de longa duração, e o Centro de Cultura Contemporânea de Castelo Branco (CCCCB), veículo de promoção e de divulgação da cultura

S. João da Madeira
Câmara Municipal

contemporânea, através do estímulo à criação artística, aliada à formação de novos públicos; ----------

Proponho que a Câmara Municipal, nos termos da alínea aa) do nº 1 do artigo 33º e alínea t) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibere aprovar e submeter a autorização da Assembleia Municipal a celebração do acordo de geminação entre o Município de Castelo Branco e o Município de S. João da Madeira, em anexo." ----------

--- O senhor Vereador Ricardo da Silva Pinto interveio dizendo: Saúdo a celebração deste tipo de acordo e creio que, de facto, é uma iniciativa extremamente importante e benéfica do ponto de vista do estímulo à cultura na cidade. ----------

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta e remeter à Assembleia Municipal. ----------

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -------

---

– No final da reunião, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta. ----------

---

--- E NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, FOI PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ENCERRADA A REUNIÃO, ERAM DEZASSETE HORAS E TRINTA E CINCO MINUTOS. ----------

--- PARA CONSTAR E DEVIDOS EFEITOS SE LAVROU A PRESENTE ATA, QUE VAI SER ASSINADA, E EU, MARIA MADALENA SOARES DE PINHO, SERVINDO DE SECRETÁRIA, A REDIGI E SUBSCREVO. ----------

Maria Madalena Soares de Pinho